

Clipping de Notícias Comércio Exterior 18 de fevereiro de 2016



Brasília
2016



2016. Federação das Indústrias do Distrito Federal – Sistema Fibra

Todos os direitos reservados.

Informações e contatos

Federação das Indústrias do Distrito Federal – Sistema Fibra

Instituto Euvaldo Lodi – IEL/DF

Centro Internacional de Negócios – CIN/DF

SIA Trecho 3/4 Lote 225

Telefone: (61) 3362-6122

Site: www.sistemafibra.or.br

Presidente do Sistema Fibra

Jamal Jorge Bittar

Diretor Secretário

Paulo Eduardo M. de Ávila e Silva

Superintendente do IEL/DF

Cláudio Rodrigues Tavares

Centro Internacional de Negócios

Gerente

Viviane Brunelly Tavares Ribeiro

Equipe técnica

José Fernando Dantas de Sousa



Sumário

CNI

Seis em cada dez empresas multinacionais brasileiras sofrem dupla tributação **4**

Saiba o que são os acordos de dupla tributação e como podem beneficiar a economia..... **6**

MDIC e CNI firmam acordo de cooperação para estimular a atração de investimentos no Brasil **7**

Exame.com

Brasil poderá dispensar dólar para comércio com o Irã **8**

Folha de São Paulo

Indicador de atividade do BC mostra queda de 4,1% na economia em 2015.. **10**

Associação brasileira das Indústrias exportadoras de carne

Exportação brasileira de carne bovina soma US\$375 milhões em janeiro..... **11**

Associação brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABINEE e Apex Brasil tratam detalhes de convênio para apoio às exportações **12**



Seis em cada dez empresas multinacionais brasileiras sofrem dupla tributação

Fonte: CNI

Data de publicação: 17/02/2016

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que 64% das empresas brasileiras com investimentos no exterior foram prejudicadas pela ausência de Acordos para Evitar Dupla Tributação (ADTs) ou por problemas na interpretação dos poucos tratados firmados pelo Brasil. A bitributação internacional ocorre quando dois países cobram duas vezes o mesmo imposto de renda sobre lucros, dividendos, juros, royalties e serviços. Os dados são da pesquisa inédita Análise da rede brasileira de acordos de dupla tributação: razões e recomendações para seu aprimoramento e ampliação feita pela CNI em parceria com a consultoria Ernest Young.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, explica que a ausência desses acordos favorece a evasão fiscal, retira a competitividade da inserção internacional via investimentos e gera tratamento menos favorável às empresas nacionais em relação às estrangeiras. A pesquisa aponta, ainda, que 55% das transnacionais brasileiras sofreram com a dupla tributação na importação de serviços e 23% delas tiveram juros, dividendos ou royalties tributados mais de uma vez, aumentando os custos em comparação aos competidores internacionais.

Atualmente, o Brasil é a segunda economia, entre as emergentes, com maior estoque de investimentos no exterior. Os US\$ 316,3 bilhões de ativos nacionais lá fora só perdem para os US\$ 729,6 bilhões dos chineses. No entanto, enquanto a China tem 99 acordos para reduzir o custo dos investimentos de suas empresas, o Brasil tem apenas 32. Outros países emergentes como África do Sul, Índia e México possuem mais acordos em vigor. A África do Sul assinou 71, a Índia, 96 e, o México, 59 tratados desse tipo. Todos eles disputam mercado consumidor com os produtos brasileiros.

Dessa forma, a CNI defende a celebração de novos acordos e a melhoria da segurança jurídica dos já firmados, para dar mais previsibilidade e competitividade às operações das empresas do Brasil no exterior. “A rede brasileira de ADTs é pequena, comparada a de outros países emergentes. Os acordos já assinados são pouco eficientes e o padrão brasileiro tem particularidades que interferem na assinatura de novos tratados com países que seguem as regras da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”, explica Carlos Abijaodi.

MODELO BRASILEIRO – Entre as particularidades do modelo brasileiro está a cláusula de tax sparing, que concede crédito de imposto fictício à empresa



investidora e é considerado de pouca eficácia para atrair investimentos. O Brasil pede a inclusão da “tax sparing clause” para assinar tratados com países desenvolvidos e esse é um dos principais obstáculos, por exemplo, para fechar um ADT com os Estados Unidos. Outro ponto que diferencia o modelo brasileiro nas negociações é a tributação sobre serviços. Ao contrário da maioria dos países, o Brasil costuma tratar serviços técnicos como royalties e cobra imposto de renda na fonte, o que termina por gerar tributação no Brasil e no outro país.

PAÍSES PRIORITÁRIOS – Das empresas brasileiras com investimentos no exterior, 91% possuem investimentos com Alemanha, Austrália, Colômbia, Estados Unidos e Reino Unido. Esses países foram apontados como prioridade alta para início imediato das negociações de ADT pela consulta da CNI às empresas transnacionais. Entre os países apontados pelos empresários como relevantes para firmar esse tipo de tratado também estão Angola, Arábia Saudita, Cingapura, Emirados Árabes, Guiné, Moçambique, Paraguai, Rússia, Suíça e Uruguai. “Em consultas às maiores transnacionais brasileiras, a ampliação e a melhor aplicação dos acordos de bitributação foi considerada a segunda prioridade de política pública para apoiar os investimentos no exterior. Vale lembrar que investir no exterior fortalece a economia do Brasil e as empresas brasileiras, gerando mais produção e emprego no país”, diz o coordenador do Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET), José Rubens de La Rosa.

INVESTIR NO EXTERIOR – As empresas brasileiras têm fortes motivos para investir no exterior, principalmente num momento de retração do mercado interno. Além do acesso a novos mercados, as indústrias aumentam suas exportações, melhoram a gestão de riscos, reduzem custos e acessam novas tecnologias. Na última década, por exemplo, as exportações das empresas transnacionais brasileiras cresceram o dobro das exportações da indústria manufatureira que atua apenas no Brasil.

Leia em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2016/02/1,82187/seis-em-cada-dez-empresas-multinacionais-brasileiras-sofrem-dupla-tributacao.html>



Saiba o que são os acordos de dupla tributação e como podem beneficiar a economia

Fonte: CNI

Data de publicação: 17/02/2016

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que as empresas multinacionais brasileiras têm sua competitividade afetada pela bitributação. A celebração de novos acordos para evitar a dupla tributação e a uniformização dos tratados existentes reduzirá obstáculos e aumentará a segurança jurídica e a competitividade das empresas. Diante disso o Fórum de Empresas Transnacionais (FET) da CNI faz recomendações ao governo para que o Brasil amplie sua rede e melhore a segurança jurídica dos atuais acordos e demonstra que pode, inclusive, ampliar a base de arrecadação com a assinatura de novos ADTs, mesmo com redução da carga tributária sobre as empresas. A Agência CNI de Notícias preparou algumas perguntas e respostas para tirar dúvidas sobre o assunto.

Leia a pesquisa em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2016/02/1,82192/saiba-o-que-sao-os-acordos-de-dupla-tributacao-e-como-podem-beneficiar-a-economia.html>



MDIC e CNI firmam acordo de cooperação para estimular a atração de investimentos no Brasil

Fonte: MDIC

Data de publicação: 17/02/2016

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, assinaram hoje acordo de cooperação que visa estimular a colaboração para a atração de investimentos produtivos no Brasil, a ampliação do intercâmbio de informações e a articulação de ações de facilitação de investimentos.

O acordo busca estreitar a troca de dados entre a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) do MDIC e a Rede Brasileira dos Centros Internacionais de Negócios (CIN) da CNI. “O objetivo é fazer uma integração entre os agentes públicos e privados que atuam no sentido de disseminar informações e acessar os bancos de dados em apoio aos investimentos produtivos no país”, disse Monteiro.

A parceria entre as duas entidades prioriza medidas para a geração de novas oportunidades de negócios no Brasil, como o atendimento de melhor qualidade aos potenciais investidores, a promoção de parcerias entre empresas nacionais e internacionais e a realização de estudos, missões e eventos em setores estratégicos ao desenvolvimento industrial e regional.

O acordo prevê ainda que agentes públicos e privados envolvidos na dinâmica de atração de investimentos estrangeiros trabalhem de forma sinérgica para garantir cada vez mais a formação de um ambiente favorável à facilitação de investimentos produtivos no Brasil.

Na ocasião, o ministro Armando Monteiro também falou sobre o cenário econômico atual e as perspectivas de mudanças nos próximos anos. Monteiro passou uma mensagem de confiança aos diretores da CNI e acredita que a alta do câmbio é uma situação bastante favorável no momento. De acordo com o ministro, o comércio exterior é uma saída importante em épocas de crise. “O Brasil tem que aproveitar a oportunidade que o câmbio está oferecendo e buscar contratar demanda externa”, afirmou.

Leia em:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=14328>



Brasil poderá dispensar dólar para comércio com o Irã

Fonte: Exame.com

Data de publicação: 16/02/2016

O Brasil fará uma ofensiva para triplicar o comércio com o Irã nos próximos três anos, especialmente na área de alimentos, proteínas e transportes, e considera aceitar o uso de outras moedas nas transações em vez do dólar, como o euro, para evitar barreiras financeiras, disse nesta terça-feira o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Em entrevista à Reuters, Armando Monteiro Neto afirmou que a meta é elevar a corrente de comércio de 1,7 bilhão de dólares de 2015 a pelo menos 5 bilhões de dólares nos próximos três anos, e o Brasil está disposto a atender ao pedido iraniano de usar o euro nas transações. “Eu acho que temos caminhos para poder trabalhar bem essa questão de como pagar, que tipo de modalidade, que moeda. Temos um comitê para cuidar especificamente desses temas financeiros. Estamos flexíveis”, afirmou o ministro.

Desde que as sanções contra o país começaram a ser levantadas, o Irã passou a informar seus parceiros comerciais de que prefere receber e fazer pagamentos em euros para evitar barreiras ainda mantidas pelos Estados Unidos. Monteiro revelou que, antes de viajar ao Irã em outubro, com uma comitiva de 30 empresários brasileiros, consultou o Banco Central sobre o tema e levou também representantes do Banco do Brasil para analisar a situação. Segundo o ministro, basta um pouco de “boa vontade” para resolver a questão.

Em meio a uma crise econômica que reduziu drasticamente o mercado interno, o governo brasileiro tem apostado nas exportações para tentar reativar a economia, e o Irã, de volta ao mercado internacional, é uma das principais apostas. Na semana passada, o governo brasileiro levantou as sanções impostas internacionalmente, e a presidente Dilma Rousseff recebeu o embaixador do país para uma conversa. Dilma, de acordo com Monteiro, deve ir ainda este ano ao Irã para aumentar a pressão brasileira por uma posição de destaque no comércio com o país.

Alimentos, proteínas e veículos estão entre as principais áreas de interesse dos iranianos no Brasil. Há conversas para exportações de carros para táxi e ônibus, além de contatos para venda de aeronaves da Embraer para linhas de aviação regional. “Por enquanto a ideia é renovar a frota. É preciso uma adaptação do sistema porque o Irã usa gás combustível. Vamos começar a tratar com empresas brasileiras para ver como ajustar e depois ver que tipo de parceria poderá ser feita”, disse o ministro sobre a venda de veículos.



Sobre a Embraer, confirmou que já há contatos sendo feitos. “Tem uma perspectiva de negócios interessante na aviação regional. O Irã é um país extenso e essa coisa de aviação regional tem um potencial muito grande”, afirmou.

Monteiro confirmou ainda que foram identificadas áreas potenciais de exportações em maquinário para indústria, equipamentos médico-hospitalar, farmacêutica e máquinas e equipamentos. Do outro lado, informou o ministro, o governo brasileiro estuda a importação de gás liquefeito. NOVOS ACORDOS O ministro deixou claro que o governo brasileiro aposta nos mercados internacionais como uma saída para a crise que o país enfrenta. Apesar de reconhecer que as empresas brasileiras tendem a procurar as exportações apenas quando o mercado interno está em crise e voltar para ele quando a situação melhora, Monteiro aposta que a profundidade da atual crise poderá mudar esse perfil.

“A dimensão dessa crise que estamos atravessando e a compreensão que vai nos exigir de que os processos de transição e de ajuste podem se estender no tempo, nos coloca a indicação que se não construirmos novo padrão de inserção internacional vamos ficar fora das redes e fluxos de comércio”, disse o ministro. “Não há alternativa, tem que se inserir, exportar mais e olhar o comércio exterior como ação permanente, um canal que temos que investir permanentemente.” Monteiro explicou que a base tradicional de empresas brasileiras exportadoras é de aproximadamente 20 mil, mas que em 2015 outras 1,1 mil começaram a exportar. Este ano a expectativa é de que outras 2 mil entrem nesse grupo.

Da parte do governo, a investida é para acelerar novos acordos de facilitação de comércio. Em breve, diz o ministro, deve ser fechada a ampliação do acordo com México, ampliando das atuais 450 linhas tarifárias –representações de bens para exportação– para 5 mil. “É um acordo muito mais ambicioso”, disse. Também estão sendo aceleradas a eliminação de tarifas com Colômbia e Peru, o que deve ser completado até o final de 2017. “Temos uma visão de que é estranho que haja aqui no continente barreiras entre o Mercosul e os países da Aliança do Pacífico. Precisa ter um comércio fluído na América Latina”, explicou.

O Brasil quer ainda aproveitar o momento em que o Mercosul finalmente está alinhado nas ideias de ampliar os acordos extra-bloco, depois da eleição de Mauricio Macri na Argentina, para tentar acelerar a troca de ofertas com a União Europeia e tentar novas alianças.

Leia em:

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-podera-dispensar-dolar-para-impulsionar-comercio-com-o-ira-diz-ministro>



Indicador de atividade do BC mostra queda de 4,1% na economia em 2015

Fonte: Folha de São Paulo

Data de publicação: 18/02/2016

A economia brasileira fechou 2015 com retração de 4,1% de acordo com o IBC-Br, divulgado nesta quinta-feira (18). Somente no quarto trimestre do ano, a queda foi de 1,9% em relação aos três meses anteriores.

Em dezembro, o IBC-Br teve queda de 0,52% em relação ao mês anterior, décimo mês seguido de retração. No ano passado, só houve alta em fevereiro, nesse tipo de comparação.

Leia em:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1740657-indicador-de-atividade-do-bc-mostra-queda-de-41-na-economia-em-2015.shtml>



Exportação brasileira de carne bovina soma US\$375 milhões em janeiro

Fonte: Abiec

Data de publicação: 18/02/2016

As exportações de carne bovina brasileira atingiram, em janeiro, faturamento de US\$ 375 milhões, com o embarque de 99,6 mil toneladas, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). O resultado, se comparado com o mesmo mês do ano passado (janeiro de 2015), ficou praticamente igual em volume exportado (99,5 mil toneladas em janeiro passado), com um ligeiro acréscimo de 0,09%. Já com relação ao faturamento, houve uma retração de 14%, sendo que no mesmo período do ano passado, o Brasil exportou US\$ 440 milhões.

A perspectiva para um ano melhor do que 2015 está mantida pela entidade, em função dos novos mercados que foram abertos no ano passado, como China, Iraque e África do Sul, e pelo início de embarques, em 2016, para a Arábia Saudita e Estados Unidos.

A carne *in natura* foi a categoria de produtos mais exportada. Em janeiro, atingiu faturamento de US\$ 304 milhões, com embarque de mais de 77 mil toneladas - um aumento de 5% em volume, comparado com o mesmo período de 2015.

Leia em:

http://www.abiec.com.br/noticia.asp?id=1428#.VsX5g_krK1s



ABINEE e Apex Brasil tratam detalhes de convênio para apoio às exportações

Fonte: Abinee

Data de publicação: 18/02/2016

O diretor executivo da Abinee, Anderson Jorge Filho, e a gerente do Departamento de Relações Internacionais da entidade, Fernanda Garavello Gonçalves, estiveram reunidos na terça-feira (16) com Marcio Almeida e Richard Sabah, representantes da Apex, para delinear o modelo de convênio entre as duas entidades visando a criação de um Projeto de apoio às Exportações do Setor Eletroeletrônico. O desenho do projeto prevê um Planejamento Estratégico para os próximos três anos, elaborado por uma consultoria externa em conjunto com as empresas participantes, a Abinee e a Apex. Entre as ações previstas, a realização de um Projeto Comprador e de duas missões.

Leia em:

<http://www.abinee.org.br/cgi-new/listnews.cgi/mostra>